

A stylized profile of a human head facing left, filled with horizontal bands of rainbow colors: red, orange, yellow, green, and blue. The head is set against a teal background with white geometric lines forming a large 'V' shape.

Homocultura e as Novas Formas de Ler a Sociedade

Christopher Smith Bignardi Neves
(Organizador)



Homocultura e as Novas Formas de Ler a Sociedade

Christopher Smith Bignardi Neves
(Organizador)

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H768	Homocultura e as novas formas de ler a sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Christopher Smith Bignardi Neves. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-744-4 DOI 10.22533/at.ed.444190611 1. Homocultura. 2. Homossexualidade – Aspectos sociais. I. Neves, Christopher Smith Bignardi. CDD 306.76
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ilustre leitor e leitora, essa obra que vos apresento é uma construção coletiva, feita por várias mentes brilhantes que se dedicaram para produzir esses textos que reflete parte de seus conhecimentos. O resultado é um livro transdisciplinar, elabora por especialistas sensíveis a temática, esse volume engloba as áreas da educação, da saúde e do direito.

O termo Homocultura, aborda mais do que diversidade cultural e sexual, associa o discurso teórico e político a uma consciência histórica. As investigações sobre a Homocultura, foram intensificadas no Brasil no início do terceiro milênio, estimuladas pelas discussões proporcionadas por Mário César Lugarinho e José Carlos Barcellos. A Homocultura proporciona novos comportamentos sociais, intervenções e ações, que refletem em discussões, tais como: os direitos homoafetivos; a homoparentalidade, as identidades homoeróticas; a relação etnia-sexualidade, entre outras possibilidades.

Coube a mim o desafio de compilar esta obra que, estabelecerá certamente um diálogo com a sociedade. Esse livro além do fator teórico, apresenta um fator político, uma vez que os pesquisadores abordam temas relacionado as sexualidade, gêneros, machismos e etnias, constituídos socialmente como um tabu. Os esforços destes vinte e cinco pesquisadores, refletem um exercício de alteridade, posicionam-se no lugar outro, para nos apresentar novas perspectivas de análise.

Para diminuir algumas limitações teórico-metodológicas as contribuições dos autores e das autoras estão agrupadas em seções, de modo que a primeira seção abordará ensaios teóricos que fornecem embasamentos para a compreensão do tema Homocultura, permeando pelas Ciências Sociais, pela Psicologia e pelo Direito; a seção seguinte apresenta estudos empíricos, agrupados pelas áreas da Saúde, das Ciências Sociais, do Direito, e da Educação, que foram desenvolvidos na região sudeste, norte e nordeste do país.

Iniciamos o livro com o estudo bibliográfico realizado por *Vinicius Santos* (Capítulo 1) nos faz refletir sobre a constituição de uma Esfera Pública LGBT, para tanto o autor faz uma digressão acerca da democracia deliberativa apoiando-se em dezenas de teóricos das Ciências Sociais. O estudo bibliométrico de *Juliana Costa* e *Elaine Fernandez* (Capítulo 2), que direciona a pesquisa para a relação lesbianidades e prostituição sexual, as autoras encontraram no portal Capes, três teses e quatro dissertações defendidas entre os anos de 2003 e 2012, o que possibilita discorrer sobre a pouca produção científica existente. *Paola Cantarini* (Capítulo 3) contribui ao discorrer sobre o Estado Democrático de Direito, a autora relaciona a arte e o direito a partir do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, seu artigo aborda um direito democrático e transgressor. A mesma autora (Capítulo 4) expõe a necessidade do resgate de um vínculo transcendental das instâncias sociais, onde o Direito aplica novas interpretações da sociedade, adotando os princípios da proporcionalidade, de modo interdisciplinar agregando os saberes do Direito, da Filosofia e da Arte.

Abordando as mulheres encarceradas *Yohana Monteiro* (Capítulo 5) tece um breve panorama sobre a realidade dos presídios, ponderando que estes espaços de dominação sob a égide do panóptico, vigia e estigmatiza cada vez mais a mulheres negras e pobres.

A segunda seção desta obra apresenta tênues subdivisões. As abordagens da Saúde iniciam-se no estudo de *Rosângela Vera* (Capítulo 6), que inclui as lentes das Ciências Sociais para apresentar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres residentes em uma comunidade quilombola, localizada no interior do Maranhão, que sofrem com a ausência de políticas públicas de saúde. *Severino Leão, Elzomar Freire e Karoline Dias* (Capítulo 7) identificam que a cultura machista reflete na falta de cuidado com a saúde masculina, identificam que perdura entre os homens o preconceito relacionado ao exame do toque retal, e, através de uma campanha educativa incentivaram centenas de pacientes a realizar o procedimento para identificar a neoplasia. Através da 12ª Jornada Nordestina de Cidadania Plena LGBT, ocorrida em Picos (PI), *Glauber Macedo, Martha Sousa, José Sobreira e Paulo Souza Junior* (Capítulo 8), tecem reflexões que abordam temas relacionados aos processos decoloniais e política públicas para a população LGBT e em especial à saúde de pessoas Trans. Por meio do mesmo evento. Sob a ótica do Direito e das Ciências Sociais, *José Moraes, Geane Borges, Samuel Hora e Wendy Moraes* (Capítulo 9) produzem um diálogo com o leitor, e também, com quatro entrevistados que participaram do referido evento.

A última seção retrata os artigos sobre a educação, neste espectro Máira Sarmanho e Roosyelma Santos (Capítulo 10) desenvolvem pesquisa acerca de gênero e sexualidade nas percepções dos professores e estudantes de uma escola pública de Bélem (PR). *Luiz Luz e Ana Rufino* (Capítulo 11) entendem a dificuldade em discutir no ambiente escolar as questões de gênero e sexualidade, buscam em teóricos queer uma explanação para que se efetive essa prática na educação infantil. As reflexões de *André Barbosa, Angela Venturini e José Freitas* (Capítulo 12) visam contribuir para criação de um pensamento descolonizado, por se enquadrar numa Instituição de Ensino Superior, os autores refletem sobre sua identidade, formação e local de fala. Encerrando o livro, encontra-se o artigo de *Fernanda Webering e André Barbosa* (Capítulo 13), inquerem treze pró-reitores de uma universidade federal a respeito de cultura, política e prática de inclusão, constatando a invisibilidade das pessoas trans no meio acadêmico.

Pensar e repensar conceitos e pré-conceitos pode ser viabilizado por meio desta obra, que anseio contribui para que vocês, leitores e leitoras, possam utilizá-las em suas atribuições sobre cultura e modos de coligir o mundo.

Christopher Smith Bignardi Neves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA ESFERA PÚBLICA LGBT: DE J.HABERMAS A NANCY FRASER	
Vinícius Barriga dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4441906111	
CAPÍTULO 2	12
LESBIANIDADES E PROFISSIONAIS DO SEXO: DIALOGANDO SOBRE RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS E TRABALHO	
Juliana Mazza Batista Costa	
Elaine Magalhães Costa Fernandez	
DOI 10.22533/at.ed.4441906112	
CAPÍTULO 3	25
A ARTE E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL - A LUTA POR UM DIREITO EMANCIPATÓRIO E TRANSGRESSOR	
Paola Cantarini Guerra	
DOI 10.22533/at.ed.4441906113	
CAPÍTULO 4	36
MANIFESTAÇÃO DA RELIGIOSIDADE NO DIREITO E NA FILOSOFIA – PERSPECTIVA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Paola Cantarini	
DOI 10.22533/at.ed.4441906114	
CAPÍTULO 5	52
GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: A DISCUSSÃO SOBRE AS MULHERES PRESIDARIAS DO INSTITUTO PENAL FEMININO (IPF)	
Yohana Tôrres Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.4441906115	
CAPÍTULO 6	59
ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS EXPERIÊNCIAS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO INTERIOR MARANHENSE	
Rosângela de Sousa Veras	
DOI 10.22533/at.ed.4441906116	
CAPÍTULO 7	68
O DIA D DOS HOMENS A NÃO ADESÃO AO TOQUE RETAL E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA E A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO	
Severino Francisco de Souza Leão	
Elzomar Mendonça Freire	
Karoline Mirapalheta Dias	
DOI 10.22533/at.ed.4441906117	

CAPÍTULO 8	76
POPULAÇÃO LGBT E O DIREITO À SAÚDE: ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DA MILITÂNCIA TRANS JUNTO À PREVENÇÃO COMBINADA DAS IST/HIV/AIDS E DESIGUALDADES NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA 12ª JORNADA LGBT DE PICOS-PI	
Glauber Bezerra Macedo Martha Virna de Sousa José Thiago Bezerra Sobreira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
DOI 10.22533/at.ed.4441906118	
CAPÍTULO 9	88
O SONHO DA COR DO ARCO-ÍRIS E A HOMOFOBIA NO CAMINHO DE VIDAS	
José Borges de Moraes Geane Maria de Alencar Arrais Borges Samuel do Nascimento Hora Wendy Gonçalves Borges de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4441906119	
CAPÍTULO 10	117
DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FORMAL: TECENDO CAMINHOS PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL	
Máira Bianca Sodré da Silva Sarmanho Roosyelma Priscilla Neves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44419061110	
CAPÍTULO 11	128
DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO: AS DIVERSAS PRODUÇÕES COTIDIANAS DE PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TRABALHAR AS QUESTÕES DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA ESCOLA	
Luiz Otavio Ferreira da Luz Ana Daniela dos Santos Rufino	
DOI 10.22533/at.ed.44419061111	
CAPÍTULO 12	141
A DINÂMICA INCLUSÃO/EXCLUSÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E O PENSAMENTO DESCOLONIZADO	
André Luiz dos Santos Barbosa Angela Maria Venturini José Guilherme de Oliveira Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.44419061112	
CAPÍTULO 13	148
POLÍTICAS INTERNAS DA UFRJ PARA COMBATER O PRECONCEITO COM AS PESSOAS TRANS	
Fernanda Iglesias Webering André Luiz dos Santos Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.44419061113	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	153
ÍNDICE REMISSIVO	154

DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FORMAL: TECENDO CAMINHOS PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL

Máira Bianca Sodré da Silva Sarmanho

Graduada em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) e graduando o curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA).
Belém-PA

Roosyelma Priscilla Neves dos Santos

Graduada em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) e Assistente Social Residente do Programa de Atenção à Saúde Mental da Universidade do Estado do Pará (UEPA).
Belém-PA

RESUMO: A escola não é isenta das manifestações de ordem heteronormativa, resultando em um processo educacional excludente. Este trabalho irá discutir sobre a questão de gênero e sexualidade na educação formal na perspectiva de tecer caminhos para o respeito à diversidade sexual. Realizamos revisão bibliográfica, análise qualitativa e quantitativa, aplicamos pesquisa de opinião na Escola Alexandre Zacarias de Assunção, em Belém/PA, com 08 profissionais e 22 estudantes do terceiro ano do Ensino Médio. Todas/os concordaram com a relevância da discussão deste assunto na escola, pois previne diversas formas de preconceitos e promove o reconhecimento do seu próprio corpo. Logo,

analisamos que ao discutir essa temática, a escola contribui para construir sujeitos críticos e humanitários.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Sexualidade, Educação Formal.

DISCUSSING GENDER AND SEXUALITY IN FORMAL EDUCATION: MAKING PATHWAYS TO RESPECT SEXUAL DIVERSITY

ABSTRACT: The school is not exempt from heteronormative manifestations, resulting in an exclusionary educational process. This paper will discuss the issue of gender and sexuality in formal education from the perspective of weaving paths for respect for sexual diversity. We conducted a literature review, qualitative and quantitative analysis, we applied opinion polls at the Alexandre Zacarias de Asuncion School, in Belém / PA, with 08 professionals and 22 third year high school students of the third year of high school. All agreed with the relevance of discussing this subject in school, as it prevents various forms of prejudice and promotes recognition of their own body. Therefore, we analyze that when discussing this theme, the school contributes to build critical and respectful subjects.

KEYWORDS: Gender, Sexuality, Formal Education.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo visa promover o debate sobre gênero e sexualidade, levando em consideração o papel fundamental que a educação formal adquire, no sentido de, impulsionar o respeito e a valorização da diversidade sexual, bem como, ações que promovam a discussão desses temas, motivando a reflexão individual e coletiva e contribuindo para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso.

Pois, considerando que apesar da relevância que merecem este tema, ele ainda é pouco e debatido no ambiente escolar, entretanto, devemos salientar que a experiência educacional de pessoas LGBT's (sigla para se referenciar as pessoas Lésbicas (L), Gays (G), Bissexuais (B), Travestis e Transexuais (T)), perpassa por várias formas de violência física e simbólica (agressões físicas e verbais, discriminação, isolamento, negligência, assédio) acontecendo dentro do próprio espaço escolar, perpetradas não só por outros estudantes, como também por gestores e profissionais da educação (SARMANHO, et. al, 2019, p.303).

Além, do processo neoconservador instalado no Brasil com posse do presidente eleito em 2018, que nos obriga a discutir sobre a prevenção da vida, da identidade de gênero, da orientação sexual e da desmistificação de fake news em relação as/os LGBT's, como pauta urgente. Bolsonaro impulsiona, como presidente do país, o ódio e o desejo da morte dos integrantes das letrinhas, esse comportamento é inaceitável e vai de encontro com os Direitos Humanos.

Portanto, fazer uma pesquisa de opinião com essa temática na escola foi desafiador justamente por todo processo instalado durante todos esses anos e intensificado com a candidatura do tal presidente, que nos diz existir apenas homens e mulheres heterossexual e somente eles e elas devem se relacionar efetivamente e tem qualquer direito social, os “demais” são marginalizados, pecadores que habitarão o inferno descrito pelos cristãos.

Para realização da pesquisa foi realizado de pesquisas bibliográficas, análise qualitativa e quantitativa e aplicamos pesquisa de opinião acerca da discussão de gênero e sexualidade na educação formal. As entrevistas foram realizadas no mês de Maio de 2018, com 04 (quatro) professoras, 03 (três) professores, 13 (treze) alunas e 06 (seis) alunos do terceiro ano do Ensino Médio, da Escola Alexandre Zacarias de Assunção (EEEM), localizada no bairro do Guamá, na cidade de Belém/PA.

Todos os questionamentos por parte dos/as estudantes, as colocações, as afirmações e o desejo de querer apreender mais sobre o assunto, nos mostrou que o ambiente escolar é um dos instrumentos para superação e prevenção das discriminações contra a diversidade sexual. Os/as estudantes, mesmo sem muitos conhecimentos sobre o assunto, demonstraram que o assunto é importante não só pela prevenção de preconceitos e sim por possibilitar a aceitação de sua sexualidade e do reconhecimento do seu próprio corpo.

O presente estudo está estruturado da seguinte forma: no primeiro item,

inicialmente, apresentamos considerações que possibilitem reflexões e explicitações sobre as práticas culturais e sociais, no qual imprime na sociedade a imposição da “heterossexualidade” como a única orientação sexual considerada legítima e saudável, provocando a exclusão de pessoas LGBT’s.

Em seguida, discutimos a relevância de uma educação formal em discutir as temáticas de gênero e sexualidade, visto que podem contribuir para a convivência com a diversidade, o respeito, o reconhecimento e a valorização do/a outro/a, e não ter medo daquilo que se apresenta inicialmente como diferente. Esses são passos essenciais para a promoção da igualdade de direitos.

Por fim, nas considerações finais, expomos ideias sintetizadas da análise desenvolvida durante a construção deste trabalho, sobre a relevância das temáticas em questão no campo educacional. Ademais, enfatizamos que são temas que contemplam a resistência, por meio da formação de lutas por direitos e contra formas de violência e de opressão estabelecidas no cotidiano.

2 | UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

Homens e mulheres foram e são estereotipados/as diariamente, seus comportamentos são controlados pelo o que se diz ser certo e/ou errado socialmente. As regras são claras: aos homens cor azul, para as mulheres o rosa, para os homens o privilégio de brincar com os mais belos carros de corridas, para as mulheres a casinha cor de rosa e a boneca para dá de “mamar”.

Estas regras são construídas desde o nosso nascimento, logo, cada criança aprende o que é ser um menino ou uma menina, ambos ocuparão lugares diferentes na sociedade. Tais regras são construídas através de aprendizagens e práticas, que são repassados por instâncias e espaços sociais como a Igreja, escola, família, mídia e entre outros.

As diferenças construídas entre meninos e meninas perpassam pelo jeito de se vestir, pela relação com o próprio corpo, pela divisão do trabalho, dentre outras, dessa maneira, as crianças aprenderão que há coisas no universo feminino que são proibidas para os homens e vice-versa. Nesse vai e vem de características e significados o que se põem a verificar são construções do que é ser o homem e a mulher, do que podem ou não fazerem por regras não absolutas construídas socialmente.

Deste modo, destaca-se nessa fala a palavra socialmente, pois, esta construção vai muito além do que a biologia diz com exatidão, homens possuem pênis e cromossomos XY, mulheres possuem vagina e cromossomos XX. Pois, a configuração de como nossa sociedade define um homem e uma mulher é socialmente construída, próprio de cada tempo e cada cultura, visto que, ao longo da história as sociedades organizam as distinções e as relações sociais através do gênero.

Mas, o que é gênero? De acordo com Scott (1995), é uma categoria de análise que afirma as distinções sociais entre os sexos (masculino e feminino) ao mesmo tempo em que se estabelece como elemento constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres, explicitando que não é possível compreendê-los em separado ou ainda compreender a categoria como sinônimo de mulheres.

Partindo da discussão proposta por Scott (1995), gênero pode ser considerado como uma categoria de análise que tem sua “origem” com e nas relações sociais, interligada com outras categorias como: classe, raça, etnia, etc. Para a autora mencionada, “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 86).

Segundo Lins (2016, p. 25), “[...] o termo “gênero” se popularizou na década de 1990, mas começou a ser utilizado pela teoria social na década de 1970 como forma de propor novas maneiras de pensar as noções de feminino e masculino, além das explicações biológicas, inserindo-as em relações sociais de poder.”. Ratificando, que as noções de gênero problematizam a ideia de que a biologia do corpo determinaria totalmente o comportamento dos indivíduos.

Por isso, é importante salientar, que as propostas deferidas de acordo com nosso sexo biológico nem sempre são correspondidas, ou muito menos definem a nossa identidade de gênero. Cada pessoa, a partir da sua vivência, potencializará uma relação particular com o universo masculino/feminino e construirá sua própria identidade de gênero.

Jesus (2012) conceitua identidade de gênero como a forma de como as pessoas se sente internamente/externamente para se expressar diante da sociedade, é subjetivo, e pode corresponder ou não com as expectativas sociais, podendo obter modificações externas, como mudanças corporais, maneira de se expressar, de falar e vestir.

Por esse motivo, é relevante pensar, que nem todas as pessoas que nascem com um pênis irá se comportar como “homem” ou se sentir atraído afetiva e sexualmente por mulheres e somente com elas manter relações sexuais, uma vez que, existe uma variedade de seres humanos, no qual demonstram outras combinações entre o corpo, identidade, desejos e práticas sexuais.

Logo, faz-se necessário compreender, a diferença entre identidade de gênero, desejo afetivo e sexual e genitália: 1) Identidade de gênero: É como uma pessoa se vê e como se mostra para o mundo, como pensa, se veste ou age, podendo ser cisgênero ou transgênero; 2) Desejo afetivo e sexual: Diz respeito a quem se sente mais atraída afetiva e sexualmente, sendo ela uma pessoa do mesmo gênero, de gênero diferente ou ambos os gêneros; 3) Genitália: se refere ao que pode ser identificado como referencial do corpo da pessoa, neste caso, se a genitália é um pênis, uma vagina ou um genital ambíguo (LINS, 2016, p.69).

Observando essas diferenças se destaca que sexualidade e gênero são

dimensões diferentes que agregam a identidade pessoal de cada pessoa.

“[...] Ambos surgem, são afetados e se transformam conforme os valores sociais vigentes em uma dada época. São partes, assim, da cultura, construídas em determinado período histórico, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas. Em síntese, é a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculina e feminina.” (BRASIL, 2009, p. 47).

Foucault (1988) discorre, em sua obra “História da Sexualidade: a vontade de saber”, que existiu e ainda existem diversas formas de perceber a sexualidade, isso significa que as formas como vivemos hoje o afeto, as relações e o prazer não são as únicas, nem as primeiras, nem as últimas, o que parece constante e imutável pode estar se transformando radicalmente, desta forma:

“[...] A sexualidade é o nome dado a um “dispositivo histórico”, influenciado pela construção e correlação de fatores: “biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, religiosos e espirituais”, não se ordena obrigatoriamente em função da reprodução” (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Entretanto, sabe-se, conforme, Foucault (1988), que em dada época a sexualidade passou a ser “administrada” sobre o poder do cristianismo, dirigida sobre a ordem de “Deus”, cabendo às pessoas, respeitarem as regras da heteronormatividade, caso ao contrário, elas eram simbolizadas como “pecaminosas”. Atrelado a estas questões religiosas, o desenvolvimento do sistema capitalista tornou a heterossexualidade uma ferramenta para gerar lucro, valor e mercadoria, como salienta, Teixeira (2007), o sistema capitalista, objetiva a sexualidade na ordem heteronormativa para multiplicação de mão de obra e reprodução do capital.

A sexualidade vista a partir desta percepção, acaba por provocar a exclusão de pessoas LGBT’s, as quais não se encaixam, principalmente, nos padrões heteronormativos e que assumem um papel de gênero diferente daquele imposto pela sociedade, gerando, por exemplo, o surgimento de preconceitos e discriminações, como a LGBTfobia que é toda e qualquer forma de preconceito e/ou discriminação que atinge pessoas que descumprem normas heterossexistas que regulam a sexualidade. Mas, qual a relação entre gênero e sexualidade com a educação formal?

3 | A EDUCAÇÃO FORMAL FRENTE AO PRECONCEITO E A PROMOÇÃO DO RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL

A escola sendo uma instituição parte desta sociedade não ficaria isenta das manifestações de ordem heteronormativa proposta por esta sociedade, equivale a um processo educacional muitas vezes, traumática, sobretudo, as pessoas que contrariam mais fortemente as expectativas de comportamento de gênero, fomentando um processo discriminatório e excludente em sua trajetória na educação formal.

[...] firmar uma educação conservadora reforça o afastamento escolar de mulheres que “contradizem” à norma heteronormativa, visto que a reprodução “normativa” sobre a temática de gênero e sexualidade, na educação formal, provoca discriminação para com as mulheres transexual sendo a Escola considerada, por elas, como um ambiente agressivo (SARMANHO, et. al, 2019, p. 303)

Sobre educação formal, Carrara (2009) explica que é representada principalmente pela educação básica e superior, pois, apresentam normas oficiais, currículos, diplomas etc. No caso deste trabalho a pesquisa teve como foco a educação básica, mais precisamente o ensino médio, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “CAPÍTULO I (Da composição dos níveis escolares), Art. 21. A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior.”. É importante ressaltar, que a educação formal é um direito de qualquer cidadão e está descrita na Constituição Federal de 1988, no Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...]”.

Todavia, a educação formal brasileira, de acordo de Costa e Rauber (2009) sendo herança da colonização portuguesa, tendo no período colonial a educação como privilégio da elite, advindo do continente europeu, é uma educação formal fomentada dentro da intenção desta mesma elite, sublinha até os dias de hoje por seus valores morais, tendo em sua base os dogmas cristão, relacionado e fortificando-a, como diz Andrade (2012, p. 50), nas famílias tradicionais e no Estado, principalmente, para manutenção da ordem e progresso, provocando, por vez, a segregação de estudantes do ensino formal.

Contudo, as escolas possuem um papel de suma importância no reconhecimento e respeito da diversidade sexual, tornando-se imprescindível a ampliação dos debates sobre gênero e sexualidade na educação formal. Silenciar este debate é contribuir com a permanência da exclusão de LGBT's no ambiente escolar, resultando, assim, no desrespeito à diversidade humana, o que provoca medos, dores, conflitos, violências e vergonhas.

A seguir apresentaremos a pesquisa realizada sobre a discussão de gênero e sexualidade na educação formal. Foi efetuada no mês de Maio de 2018, com 04 (quatro) professoras, 03 (três) professores, 13 (treze) alunas e 06 (seis) alunos do terceiro ano do Ensino Médio, da Escola Alexandre Zacarias de Assunção (EEEM), localizada no bairro do Guamá, na cidade de Belém/PA. Salienta-se que os dados foram produzidos pela graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA); Máira Bianca Sodré da S. Sarmanho, mat.: 201705540015.

Foi quantificado que todas/os se apresentaram como mulher e homem cis, dentre as/os estudantes apenas 4% responderam ser homossexual, 4% bissexual e 92% heterossexual; dentre as/os professoras/es obtivemos o resultado de 100% heterossexual.

50% das/os professoras/es tinham idade entre 56 a 75 anos, 37% possuíam

entre 25 a 55 anos e 13% não responderam. A média de idade entre as/os estudantes foi 80% com 16 a 17 anos, 14% com 18 a 19 anos e 6% não responderam.

Quanto à discussão da temática na escola, perguntamos as/os professoras/es se já abordaram a discussão sobre gênero e sexualidade na sala de aula. Conforme os dados nós observamos que este tema ainda é pouco debatido, pois, como podemos notar que ele foi apresentado em sala de aula somente por 37% dos professores.

Perguntamos, também, se as/os profissionais saberiam agir com uma pessoa transexual dentro da sala de aula e 50% das/os pesquisadas/os responderam saber agir com estudantes transexuais. Ao analisarmos as respostas dos 25% que responderam não saber agir, percebemos que muitas delas foram justificadas que poderiam respeitar “com princípios trazidos de casa sim, mas no contexto escolar não”.

Esta resposta causa preocupação, visto que, por exemplo, mulheres transexuais em processo educacional foram forçadas a evasão escolar provocada muitas vezes por “[...] preconceitos institucionais destacados pela falta de intervenção das/os técnicas/os frente às violências de pessoas LGBTs ocorridas nas escolas, [...] e a falta de interesse dessas/desses profissionais em tentar resolver os problemas de LGBTfobia (SARMANHO, et. al., 2019, p. 303)

Para as/os estudantes fizemos as seguintes perguntas: Você sabe o significado de gênero e sexualidade? Já foi discutido sobre a questão de gênero e sexualidade na sua escola? Você compreende a importância da discussão de gênero e sexualidade na escola? Qual sua opinião sobre o debate de gênero e sexualidade na escola? Esta última pergunta fizemos tanto para as/os estudantes quanto para as/os profissionais. Obtivemos o seguinte resultado:

Quanto à pergunta “Você sabe o significado de gênero e sexualidade?” 50% das/dos estudantes responderam que sim e 50% responderam não. Sobre a pergunta “Já foi discutido sobre a questão de gênero e sexualidade na sua escola?” 81% assinalaram que sim e 19% marcaram não, todavia, os 81% reponderam que foi discutido sobre doenças sexualmente transmissíveis e a importância do uso da camisinha na relação sexual. Com relação à pergunta “Você compreende a importância da discussão de gênero e sexualidade na escola?” 90% sim e 10% não.

A última pergunta “Qual sua opinião sobre o debate de gênero e sexualidade dentro das escolas” foi feita para as/os estudantes e professores/as tendo diferentes respostas: 34% concordam que “Discutir sobre gênero e sexualidade previne preconceitos”; 13% “Discutir sobre gênero e sexualidade possibilita com que todos se sintam bem com sua sexualidade”; 06% “Discutir sobre gênero e sexualidade possibilita o reconhecimento do seu próprio corpo”; 47% “Discutir sobre gênero e sexualidade é importante”.

Sobre esta última pergunta, 100% das/os profissionais salientaram ser importante a discussão na escola. As diferentes respostas obtidas através dessa pergunta pelas/os estudantes foram muito interessantes, uma vez que, pensam a

importância da discussão deste tema tanto pela prevenção de preconceitos e por possibilitar a aceitação de sua sexualidade e do reconhecimento do seu próprio corpo.

Sabe-se que várias pessoas fogem às expectativas da heteronormatividade e vivem sua sexualidade e seu afeto de formas muito diferentes. Lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, pansexuais são algumas possibilidades de vivência e identificação que compõe esse largo espectro de orientações sexuais. Esses sujeitos, cada qual dentro de sua especificidade, lidam com barreiras para o acesso a direitos básicos, como saúde, educação e segurança. Além disso, enfrentam processos de estigmatização, invisibilidade, discriminação, até mesmo violência.

Consideramos que, uma educação formal que discuta as temáticas de gênero e sexualidade é de grande importância, embora conceitualmente distintas, são categorias articuladas e inter-relacionadas, que podem contribuir para a quebra de tabus que ainda perduram a respeito destas temáticas, no sentido de construir no âmbito escolar, sujeitos críticos e solidários, e, assim, construir caminhos para a luta contra o preconceito.

O espaço pedagógico, na maioria das vezes, possui como visão primordial a transmissão de conteúdos cognitivos, levando em consideração os valores morais e comportamentais. O corpo torna-se objeto de normas disciplinares, de bons costumes e de posturas sociais e culturais, deixando, assim, uma lacuna na orientação sexual. Diante disso, Louro (2007, p.149) traz o seguinte argumento:

A educação, compreendida de maneira ampla, é um dos processos mais eficientes na constituição das identidades de gênero e sexual. Em qualquer sociedade, os inúmeros artefatos educacionais existentes têm como principal função com/ formar os sujeitos moldando-os de acordo com as normas sociais.

Ao identificarmos o cenário de discriminações e preconceitos, vemos na educação formal, as possibilidades para alteração desse processo. As escolas e universidades tornam-se responsáveis, juntamente com estudantes, familiares, comunidades, organizações governamentais e não governamentais, por construir caminhos para a eliminação de preconceitos e de práticas discriminatórias. Para tanto, educar para a valorização da diversidade sexual não é, portanto, tarefa apenas daqueles/as que fazem parte do cotidiano da escola; é responsabilidade de toda a sociedade e do Estado.

Trabalhar com o tema da sexualidade possibilita o contato com as diferenças, pois as pessoas pensam, vivem e reagem de modos diferentes, o que remete à história aos valores de cada um. Aceitar isso modifica de certa forma, o desejo “fantasioso” que todos temos de encontrar a verdade única e absoluta.

Ressalta-se que, é no ambiente escolar que os/as estudantes podem construir suas identidades individuais e de grupo, podem exercitar o direito e o respeito à diferença. A escola deve ser elemento promotor na inclusão de todas as pessoas, debatendo, discutindo, planejando e executando estratégias que promovam a

cidadania, a criticidade, o respeito, dentre outros. Com efeito, deveria ser prioridade a atenção a todos os sujeitos LGBT's, que muitas vezes tem suas vidas ceifadas pela opressão que lhes é imposto.

Não obstante, para que professores/as e gestores/as realizem efetivamente uma prática significativa na educação formal, é indispensável uma formação continuada, isto é, por meio de cursos, leituras sobre os temas, discussões, palestras e seminários, motivando a reflexão individual e coletiva, para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e violência como um todo contra LGBT, bem como superar os preconceitos arraigados que muitos trazem consigo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, procuramos demonstrar que o fortalecimento dos sujeitos LGBT's é fundamental em uma conjuntura marcada pela ascensão das forças conservadoras, adversas à diversidade sexual e que põem em constante ameaça os direitos anteriormente conquistados, adensando, assim, a reprodução de dogmas, preconceitos e fundamentalismos religiosos que violam a laicidade do Estado e o respeito ao ser humano.

Este artigo foi planejado com a intencionalidade de salientar que, na educação formal os/as estudantes podem construir suas identidades individuais e de grupo, podem exercitar o direito e o respeito à diferença. As reflexões que fizemos até aqui e que propomos pretendem expor que ao excluir os debates acerca da diversidade sexual e gênero, legitima as desigualdades e as violências decorrentes delas.

Considerando as inúmeras possibilidades de abordar os temas que envolvem gênero, sexualidade e diversidade sexual, não temos a pretensão de esgotar este debate, nosso objetivo é justamente socializar alguns elementos introdutórios para uma reflexão crítica, tendo como horizonte o combate a todas as formas de violência, bem como sensibilizar, envolver e mobilizar a sociedade frente a esta questão, na perspectiva de resgate dos LGBT's como sujeitos de direitos.

Ao discutir tais questões, buscou-se contribuir com a educação formal em sua missão de formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais para se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações. Pessoas que possam refletir sobre o acesso de todos/as à cidadania e compreender que, dentro dos limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas e não utilizadas como critérios de exclusão social e política.

Sabe-se que as práticas de violência contra a população LGBT avançam nos mais diferentes espaços, pelas ruas, pelas famílias e pelas instituições. São realizadas pelo Estado, mas também por indivíduos no seu cotidiano, das piadas preconceituosas, passando pela violação dos direitos humanos. As formas de

humilhação contra os indivíduos LGBT assumem a forma de um tipo de imposição autoritária e conservadora da vida afetivo-sexual.

O resultado disso é a criação de práticas e valores no âmbito da família, da escola, do Estado, dentre outros, no qual imprimi na sociedade a imposição da “heterossexualidade” como a única orientação sexual considerada legítima e saudável. Em vista disso, convidamos educadores/as e a sociedade como um todo, a serem responsáveis a darem respostas para que a realidade de discriminação seja alterada.

Consideramos, portanto, o quanto o país está distante de superar este quadro discriminatório, além das manifestações de violência, temos vivenciado a exacerbação do conservadorismo que ameaça cotidianamente os LGBT's em termos de retrocessos de direitos. Como exemplo deste contexto, salientamos o Estatuto da Família (PL 6583/13), que só reconhece como família a configuração heterossexual formada por um homem e uma mulher. Em virtude disso, esse projeto de lei não reconhece famílias homoafetivas e, conseqüentemente, os direitos delas, como a adoção.

Outro cenário preocupante no campo legislativo tem sido a defesa da chamada “Cura Gay”. Trata-se de um Projeto de Decreto Legislativo (PDC 234/2011), no qual busca invalidar a Resolução 1/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que orienta os/as profissionais da área a não tratar pessoas LGBT com o propósito de “cura”, bem como proíbe a utilização de mídia para reforçar preconceitos contra eles.

Este cenário evidencia a importância de sensibilizar a população de modo geral para as formas de discriminação, que tem levado muitos LGBT's a abandonarem os estudos por não suportarem o preconceito que sofrem. Destarte, apontamos a urgência de incluir na educação formal, as temáticas aqui abordadas, como forma de superação de preconceitos e enfrentamento da LGBTfobia.

A partir do estudo realizado, esperamos que professoras/es e demais profissionais da educação fortaleçam o papel que exercem de promotores/as da cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, da equidade de gênero e da valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja um instrumento da reprodução de preconceitos, mas seja espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira.

REFERENCIA

ANDRADE, L.N. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 278f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 02 jun. 2018.

CARRARA, S. **Educação, Diferença, Diversidade e Desigualdade**. In: MEC/SECAD; SPM; SEPPPIR;

CLAM; BRITISH COUNCIL. **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais - Livro de conteúdos. Brasília, 2009.

COSTA, E. B. O.; RAUBER, P. História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no Brasil. **Revista Jurídica Unigran**. Dourados, v. 11, n. 21, 2009.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Gallimard, 1988.

JESUS, J.G. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

LINS, Beatriz Accioly. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura. – 1º Ed.- São Paulo: editora Reviravolta, 2016.

LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma abordagem pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

SARMANHO, Máira. et. al. **Corpos e Histórias: vivências na educação formal por mulheres transexuais inseridas na Rede Paraense de Pessoas Trans (REPPAT) em Belém/PA**. Intersexualidades: subtítulo da revista, Minas Gerais, v. 1, n. 1, p. 290-307, jan./2019. Disponível em: https://irp-cdn.multiscreensite.com/a668e5c7/files/uploaded/Epub_Intersexualidades_Comunica%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 3 jun. 2019.

SCOTT, J. Gênero: **uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, 1995.

TEXEIRA, Eli Do Socorro Pínheiro. Demanda homoeróticas e adoção em Belém. 2007. 84 f. Tese Mestrado em Serviço Social – Curso de pós- graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Estado do Pará, Pará, 2007.

SOBRE O ORGANIZADOR

CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES - é natural de Londrina, interior do Paraná. É Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá e Tecnólogo em gestão de Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Com tripla Especialização na área de educação, sendo: Gestão Escolar (Instituto Superior do Litoral do Paraná); Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar (UFPR - Setor Litoral), e, Coordenação Pedagógica (UFPR). Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (com bolsa CAPES). Se aperfeiçoou em Gênero e Diversidade na Escola. Cursa mestrado em Gestão e Direção de Equipes, pela Escola Nacional de Negócios de Barcelona (ENEB). Atualmente é Servidor na Prefeitura Municipal de Paranaguá, exercendo a função de Coordenador Pedagógico, desenvolveu atividades na UFPR como Professor Formador e Tutor a Distância nos anos de 2015 e 2016 na Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, no ano de 2012 atuou como Professor no Instituto Federal do Paraná nos cursos de Organizador de Eventos e Monitor de Recreação. Participou de edições do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual e da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. Tem apreço pelas artes homoeróticas e queer, em especial pelo cinema e literatura. Realiza pesquisas principalmente nas seguintes áreas: História da homossexualidade; Movimento LGBT; Turismo LGBT; Consumo LGBT e outras relacionadas a não-heterossexualidade.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aids 22, 23, 30, 62, 63, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87

B

Boaventura de Sousa Santos 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35

C

Cidadania 29, 30, 63, 66, 78, 79, 82, 84, 97, 116, 125

Ciências 1, 11, 29, 31, 32, 35, 36, 58, 59, 67, 88, 94, 117, 122, 144, 147, 150, 153

Colonial 59, 65, 82, 88, 89, 91, 99, 107, 122, 146

Colonialidade 32, 33, 82, 86, 99, 141, 142, 143, 145, 146

Colonialismo 26, 29, 145

Constituição 1, 2, 9, 10, 20, 30, 41, 43, 49, 50, 51, 60, 76, 79, 82, 103, 115, 122, 124, 126, 136, 137, 145

Corpo 21, 61, 63, 65, 81, 88, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 104, 107, 109, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 130, 131, 134, 139

Cultura 16, 18, 24, 33, 56, 61, 69, 70, 72, 73, 78, 82, 85, 96, 97, 102, 104, 116, 119, 121, 126, 129, 138, 147, 148, 150, 151

D

Decolonial 76, 77, 86, 116, 141, 146

Democracia 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 25, 29, 30, 32, 35, 39, 42, 46, 51, 65

Democrático 3, 4, 5, 6, 7, 8, 29, 30, 39, 40, 41, 42, 43, 48

Direito 1, 7, 8, 10, 19, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 58, 59, 60, 63, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 92, 93, 100, 101, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 118, 122, 124, 125, 131, 144

Discriminação 55, 78, 79, 80, 83, 85, 91, 106, 108, 118, 121, 122, 124, 125, 126, 131

Diversidade 2, 26, 27, 65, 66, 76, 83, 85, 87, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 138, 139, 148, 153

E

Educação 16, 17, 23, 53, 56, 58, 70, 72, 73, 78, 80, 82, 83, 85, 88, 96, 97, 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 151, 152, 153

Epistemologia 25, 26, 27, 29, 33, 35

Escola 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 145, 153

Esfera pública 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 41

Estado 5, 6, 7, 8, 30, 32, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 51, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 72, 76, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 92, 98, 104, 106, 117, 122, 124, 125, 126, 127, 140

Exclusão 2, 9, 16, 29, 30, 36, 38, 39, 49, 55, 82, 106, 119, 121, 122, 125, 135, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 152

F

Foucault 13, 16, 20, 23, 25, 27, 28, 29, 34, 35, 55, 58, 116, 121, 127, 132, 133, 134, 135, 139

G

Gays 13, 17, 19, 23, 24, 77, 78, 83, 87, 118, 124

Gênero 12, 13, 23, 24, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 100, 104, 106, 109, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 153

H

Habermas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 40, 46, 51

Heteronormatividade 13, 17, 19, 124, 128, 136, 139

Heterossexuais 2, 19, 105, 136

Heterossexual 13, 90, 118, 122, 126

Heterossexualidade 19, 24, 119, 121, 126, 136, 139, 153

Hiv 22, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 87

Homofobia 2, 79, 80, 82, 87, 88, 92, 103, 104, 107, 109, 116, 139, 140

Homossexuais 22, 79, 80, 82, 101, 103, 104, 105, 106

Homossexual 88, 103, 106, 116, 122

Homossexualidade 13, 14, 15, 17, 78, 101, 105, 106, 131, 153

I

Identidade 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 27, 65, 79, 81, 91, 104, 106, 118, 120, 121, 130, 134, 139, 140, 144, 145, 149

J

Jurídico 26, 27, 29, 30, 37, 39, 40, 41, 42, 47, 49

L

Lesbianidades 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 23

Lésbicas 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 77, 78, 83, 87, 101, 118, 124

LGBT 1, 2, 3, 9, 10, 16, 17, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 109, 114, 118, 119, 121, 122, 125, 126, 153

M

Masculino 13, 19, 20, 53, 56, 57, 69, 70, 71, 74, 120, 136, 142, 143, 144, 145, 149, 151
Minorias 1, 2, 3, 9, 10, 36, 78, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 106, 107,
109, 110, 111, 112, 113, 116

N

Negra 52, 54, 60, 64, 65, 108
Negro 55, 60, 65, 81

P

Poder 2, 5, 7, 8, 9, 10, 21, 28, 30, 31, 35, 41, 43, 48, 49, 50, 55, 58, 65, 84, 85, 89, 94, 96,
97, 98, 99, 101, 102, 104, 110, 111, 113, 114, 115, 120, 121, 129, 130, 132, 135, 141, 142,
143, 145, 146, 147
Política 3, 4, 5, 6, 8, 11, 19, 20, 24, 25, 27, 29, 31, 33, 34, 39, 42, 49, 60, 61, 62, 74, 78, 79,
80, 83, 84, 85, 86, 93, 99, 100, 108, 110, 125, 136, 139, 146, 147, 150, 151
Política pública 60, 61, 150
Preconceito 55, 75, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 98, 99, 100, 103, 109, 113, 114, 121, 124,
126, 137, 148, 151
Princípio da proporcionalidade 36, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51
Prostituição 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24

R

Raça 35, 52, 54, 60, 64, 66, 76, 81, 91, 93, 95, 101, 105, 106, 120, 130, 132, 143, 145, 150
Racismo 19, 53, 55, 57, 64, 82, 93, 108, 116

S

Saúde 17, 22, 23, 24, 53, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76,
77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 106, 117, 124, 150
Sexual 12, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 78, 79, 80, 81, 82, 83,
84, 85, 87, 88, 89, 91, 96, 100, 103, 105, 108, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125,
126, 127, 130, 131, 132, 134, 136, 138, 139, 153
Sexualidade 12, 20, 23, 24, 52, 54, 56, 60, 61, 62, 63, 66, 76, 78, 80, 82, 83, 86, 87, 99, 101,
104, 106, 109, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130,
131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 145, 149, 152
Sociedade 2, 5, 6, 7, 10, 13, 20, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 38, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 64, 68, 69,
74, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102,
103, 104, 106, 107, 109, 114, 115, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 132, 134, 136, 142, 143,
145, 147, 151

T

Trans 34, 76, 77, 78, 82, 83, 85, 86, 127, 144, 148, 149, 151

Travestis 16, 17, 19, 23, 24, 77, 78, 82, 84, 86, 87, 118, 126

V

Violência 16, 17, 18, 21, 23, 48, 49, 78, 79, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 91, 95, 100, 104, 108, 109, 115, 116, 118, 119, 124, 125, 126

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-744-4



9 788572 477444